

# ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE DESSE NÍVEL DE ENSINO NO ESTADO DA BAHIA

Marcelo Marques Carneiro\*

Sebastião Silva Costa\*\*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar de forma breve os dados do Ensino Médio Regular no estado da Bahia. Na realização da análise buscou-se primeiramente situar o ensino médio e como ele é oferecido, e também apresentar dados referentes a essa modalidade de ensino no Brasil e na Bahia, fazendo uma comparação entre esses números. Para tratar especificamente do estado da Bahia este estudo apresenta dados da Secretaria de Educação do Estado, informando sobre o contexto e os estudantes baianos. Ao expor e discutir os números da SEC/BA, fica evidente que em um estado com as dimensões e diversidades da Bahia se faz necessário traçar caminhos que propicie uma educação de qualidade a todos e também uma valorização e capacitação maiores dos professores.

**Palavras-chave:** Análise. Ensino Médio. Bahia.

---

\*Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Assunção – Paraguai. Contatos: E-mail: marcelomarquestn@gmail.com (77) 99902-9161.

\*\* Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Assunção – Paraguai. Contatos: E-mail: tiaocosta@bol.com.br (77) 99988-4404.

## INTRODUÇÃO

O ensino médio como é visto hoje é bem diferente do que era apresentado principalmente no período de colonização do Brasil.

No século XVI, os jesuítas que implantaram o ensino médio nas escolas, durando até o século XVIII pautados em princípios religiosos, principalmente os católicos. Após os jesuítas serem expulsos, a metrópole começou a nortear o ensino médio por volta do ano de 1756, através de aulas régias, ministradas por professores indicados, abordando assuntos que interessavam a própria metrópole.

A partir do século XIX essa modalidade de ensino começou a ser responsabilidade dos Estados, mas apenas em 1930 através do governo de Getúlio Vargas que surgiram as primeiras mudanças no ensino médio, isto está ligado a criação do Ministério da Educação nesse período.

O ensino médio existente hoje teve seu início em 1988, nesse momento ele passa a abraçar toda população seja ela de elite ou não.

O conceito de ensino médio foi criado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, em substituição ao antigo Segundo Grau. A educação profissional de nível técnico, por sua vez, passou a ter organização curricular independente do Ensino Médio. De acordo com a LDB, o ensino médio conta com um currículo de base nacional comum, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas. (MENEZES, 2001, p. 01)

Sendo o último bloco da educação básica no Brasil, dura em média três anos e é pré-requisito básico para o acesso ao ensino superior. E pretende-se nesta etapa de ensino da uma formação visando o mercado de trabalho, além de aperfeiçoar os conhecimentos do indivíduo já apanhados nas fases anteriores e como ser humano dotado de razão.

Este nível de ensino sendo de responsabilidade dos Estados, e se configurando como a etapa final da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação não é obrigatório. Porém os Estados de acordo o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) têm a função de gradativamente, fazer o ensino médio uma etapa obrigatória, disponibilizando mais vagas para que todos que concluírem o ensino fundamental possam ser atendidos.

Hoje se vive um momento onde o ensino médio está sob discussão, visando a implantação do que é chamado de Novo Ensino Médio, que de forma resumida traz maior autonomia ao estudante de focar em uma área de estudo que lhe interesse mais.

Apesar dessa autonomia o Novo Ensino Médio mantém algumas disciplinas obrigatórias (Português e Matemática) durante o curso, juntamente com a parte diversificada para o aluno poder se dedicar e já buscar um aperfeiçoamento para o mercado de trabalho ou já visando um curso superior.

Além de preparar o estudante para o mercado de trabalho e aperfeiçoar os conhecimentos já adquiridos, o ensino médio também tem a possibilidade de ser ofertado paralelamente com a formação para o exercício de profissões técnicas, desde que a modalidade obedeça a formação e o objetivo geral desta etapa.

Existem três possibilidades de se articular o ensino médio e a formação técnica profissionalizante, uma dessas formas é a Integrada, que é realizada na mesma unidade escolar que o estudante cursa o ensino médio, sendo necessária apenas uma única matrícula.

Outra forma é a concomitante, que tem a possibilidade de ser ministrada na mesma escola em que o aluno estuda o ensino médio, e também existe a possibilidade de ser ministrada em outra instituição de ensino, sendo facultativo o convênio entre as diferentes escolas. Além do subsequente, que é oferecido aos alunos que já concluíram o ensino médio.

O estudante que se dispõe a fazer a articulação entre ensino médio e o ensino técnico profissionalizante deve tratar os dois cursos com a mesma seriedade, pois, o diploma de técnico de nível médio só será emitido ao estudante que concluir, também, o ensino médio.

O currículo do ensino médio é pautado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), onde as orientações publicadas para este nível de ensino é formada por três volumes sucessivos de cada área, sendo elas, Linguagem, Código e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Hoje essas áreas do conhecimento são ensinadas em concordância com o que propõe o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que atualmente é um dos principais caminhos de ingresso ao ensino superior.

## **O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NA BAHIA**

Ao se analisar o número de matrículas no Ensino Médio no estado da Bahia, de acordo com o INEP/MEC assim como a nível federal, é visível a queda na procura por esta modalidade de ensino. Em 2013 houve 575.378 matrículas, ao passo que em 2014 foram 561.978 e em 2015 o número de alunos matriculados no ensino médio foi de 553.405.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) em suas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2015), dentre os principais desafios da educação brasileira com relação ao Ensino Médio, encontra-se tanto a ampliação da oferta de vagas, quanto à permanência dos estudantes na escola.

Mesmo mobilizados por demandas das mais diversas ordens, a escola pode parecer aos alunos uma realidade distante e fora do contexto. No entanto, aquilo que, num primeiro momento, pode parecer sem significado ou que não atende suas necessidades mais imediatas, poderá tomar outra dimensão ao longo do tempo.

Essa relação com a escola leva, muitas vezes, ao abandono exigindo que a instituição ressignifique suas práticas e seus fazeres cotidianos.

A situação que expressa o desinteresse dos alunos do Ensino Médio pela vida escolar segundo a SEC/BA (2015) tem alimentado reflexões sobre as possibilidades de tornar esse importante momento do processo de formação em algo mais significativo.

Muitas vezes o desafio é entendido pelos sistemas de ensino como sendo o da necessidade de organizar um currículo que seja capaz de, ao mesmo tempo, formar para a continuidade dos estudos no Ensino Superior, e prepara-los para o mercado de trabalho.

No Brasil, segundo dados do Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), plataforma online criada por iniciativa de 20 organizações brasileiras, sob a coordenação do movimento Todos Pela Educação, que monitora os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do PNE, cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola.

Desses, aproximadamente 1,5 milhões são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio, entretanto, a recente melhora das taxas

de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, mas, o País ainda está longe de alcançar patamares ideais visto que altas taxas de evasão persistem no Ensino Médio.

Dados deste mesmo Observatório demonstram a situação em 2015 referentes aos jovens entre 15 a 17 anos que estavam frequentando a escola, e observa-se 84,3% desses jovens matriculados na escola.

Também é informado que 62,7% dos jovens entre 15 e 17 anos que estavam frequentando o Ensino Médio. E comparando a situação da Bahia aos dados nacionais, para o ano de 2015, é notável no que se refere ao atendimento escolar de estudantes entre 15 e 17 anos, que a Bahia apresenta resultados muito próximos ao nacional, com respectivamente 82,6% na Bahia e 84,3% no Brasil.

Percebe-se com os dados do estudo do PNE que o mesmo não ocorre quando se refere ao total de estudantes entre 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio. Nesse caso o Brasil possui 62,7% de estudantes matriculados no Ensino Médio e a Bahia 49,8%, o que demonstra a complexidade e a necessidade do enfrentamento da situação com políticas eficazes.

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio da SEC/BA (2015), o problema com esse nível de ensino é complexo e, apresenta algumas medidas para resolução deste problema, tais como: a necessidade de ampliação da educação profissional integrada ao ensino médio; a construção de currículos diversificados e flexíveis para se adequar as escolhas e aos interesses dos (as) estudantes em articulação com os contextos locais, entre outros.

Essas orientações ainda ressalta que esses são aspectos que pode vir a cooperar para que o estudante perceba o Ensino Médio não apenas como uma etapa obrigatória para o acesso ao Ensino Superior, ou como etapa final de seu processo de escolarização, mas, principalmente, como possibilidade de formação cidadã e de qualificação para o trabalho.

Para tanto, será necessário articular e integrar saberes e conhecimentos das diversas áreas as vivências artísticas e culturais, a tecnologia, ao esporte e ao mundo produtivo.

## **O CONTEXTO BAIANO**

Tratar sobre o contexto baiano exige segundo a SEC/BA (2015) privilegiar uma perspectiva em que os aspectos da pluralidade, da diversidade cultural e territorial passem a ser centrais.

Assim a Bahia, que deve ser pensada a partir dos hábitos, costumes e tradições do seu povo, deve ser percebida, portanto, como imersa numa variedade de aspectos culturais, formadores de uma identidade singular, de uma memória histórica, na qual os estudantes apoiam suas experiências pessoais e os conhecimentos que possuem no mundo.

Nesse sentido, de acordo a SEC/BA (2015) é preciso alargar o olhar sobre a Bahia percebendo-a para além se sua Região Metropolitana, ou sua capital, Salvador, centro de expressão nacional. Assim, tratar do contexto baiano exige considerar a força do interior, aqui entendido como as regiões que adentram geograficamente a partir do litoral, revelando outros modos de viver diferentes da capital litorânea.

Do interior emergem as expressões culturais dos sertões, das diversas nações africanas e dos povos indígenas, da nação grapiúna, da região do São Francisco, dos povos ciganos, quilombolas, das comunidades tradicionais, entre tantas outras, com suas formas de vida autênticas que revelam a capacidade de seus habitantes de expressarem por meio da literatura, da pintura, da música, do teatro, da dança, dimensões fundamentais de sua identificação comunitária, dos modos de viver e produzir, das maneiras de sentir e querer.

O lugar do qual se está falando, a Bahia, segundo informações da SEC/BA possui importantes características geográficas, econômicas, políticas e sociais no centro das quais emerge a identificação comunitária do seu povo que, entre 2000 e 2010, de acordo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 13.070.250 para 14.016.906 habitantes, concentrando a maior população rural do Brasil.

Para compreender o contexto baiano é necessário considerar, portanto, que a Bahia apresenta aspectos bastante diversificados quanto a sua configuração ambiental, geográfica e de desenvolvimento econômico, sociopolítico e cultura.

A SEC/BA (2015) afirma que a Bahia é formada por 417 municípios, 7 mesorregiões e 32 microrregiões, o território baiano determina dinâmicas

demográficas específicas e, conseqüentemente, a demanda de políticas adequadas a composição demográfica e identidade populacional.

Esta mesma Secretária tem o propósito de atender a essas demandas, o governo da Bahia estabeleceu, a partir de 2008, 26 Territórios de Identidade, acrescentando mais um território a partir de 2011, divisão feita com base em especificidades que conferem identidade a cada um dos 27 territórios, cuja definição foi feita levando-se em conta questões humanas, indenitárias, culturais, as quais delineiam o perfil social, cultural, econômico e político do povo baiano.

Uma informação importante quanto à heterogeneidade que marca a Bahia segundo a SEC/BA (2015) está relacionada às condições de vida da população, conforme se pode perceber nas diferenças entre o Produto Interno Bruto de seus Territórios de Identidade, que variam entre 43,4% do PIB do Estado da Bahia na Região Metropolitana de Salvador, a 0,4% do PIB total da Bahia na Região da Bacia do Paramirim, esses são números do IBGE.

Com base nos dados do IBGE e informações da SEC/BA, o cenário que configura o território baiano, é demarcado por condições socioeconômicas heterogêneas que alimentam desigualdades estruturais históricas, bem como pela diversidade de culturas e fazeres coletivos plurais, deve constituir o chão sob o qual a organização dos saberes escolares se materializa no currículo.

Trata-se, nesse caso, de entender o currículo e o processo de formação escolar, como um fenômeno antropológico, em que é necessário ampliar a perspectiva sobre a cultura, entendendo-a como consciência do passado, como forma de participação e envolvimento no presente e como caminho para pensar o futuro.

É desse lugar cultural, rico e diverso, que de acordo a SEC/BA (2015) deve enraizar o trabalho escolar dando-lhe sentido e força para garantir uma formação com pertinência social que permita o desenvolvimento integral dos discentes. Tais condições implicam diretamente na forma como o Ensino Médio deverá promover a integração de conhecimentos gerais com os processos de trabalho e a sustentabilidade social e ambiental.

Ainda cabe citar que nesse processo formativo, questões como a centralização do trabalho em detrimento da escolarização e o conseqüente fenômeno migratório da população das zonas rurais para os espaços urbanos das

pequenas, medias e grandes cidades mostram que há necessidades específicas que devem nortear as políticas do ensino.

Um dos grandes desafios é, sem dúvida, integrar o período dedicado a escola com outras experiências necessárias e significativas para o aluno do Ensino Médio, tais como o trabalho, o contato com os amigos e as atividades de lazer, a fim de evitar o grave problema da evasão e da repetência.

Dessa forma, segundo a SEC/BA (2015) o processo educacional de promover a valorização do patrimônio histórico-cultural de cada território considerando sua identidade social, racial, particularmente dos negros e dos povos indígenas, promovendo a ressignificação positiva e o respeito à diversidade e a pluralidade étnica tão bem demarcada na Bahia em seus Territórios de Identidade.

Nesse fazer, cabe aos professores seguindo uma orientação da SEC/BA, assim como a todos os profissionais que atuam na escola, refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas, a fim de que a escola se constitua em um espaço inclusivo, não racista, não sexista, não homofóbico, cheio de vivências marcadas pelo reconhecimento das diversidades, e por possibilidades que permitam o desenvolvimento integral dos estudantes.

## **OS ESTUDANTES BAIANOS**

A organização do ambiente escolar, espaço marcado pelas singularidades e diversidades dos sujeitos que nela convivem de acordo com a SEC/BA (2015), é feita de forma que a aquisição de habilidades e o conhecimento de determinados conteúdos sejam adequados a determinadas etapas do desenvolvimento humano.

A SEC salienta que as regras específicas da organização escolar para o Ensino Médio da Bahia têm enfrentado situações diferenciadas que obrigam uma ressignificação do ensino instituído, dos projetos políticos pedagógicos e dos currículos escolar, pois os índices de evasão e repetência segundo o Anuário da Educação da Bahia 2012 mostra que a escolarização tardia é uma realidade a ser considerada.

Tabela 1: Aprovação, reprovação e abandono.

Ano	Aprovação em %	Reprovação em %	Abandono em %
2003	68,3	10,8	20,9
2004	69,0	9,9	21,1
2005	68,9	10,2	20,9
2006	68,9	10,2	20,9
2007	68,7	11,4	19,9
2008	68,0	12,2	19,8
2009	69,7	11,8	18,5
2010	71,9	12,4	15,7
2011	72,6	14,9	12,5
2012	73,6	12,3	14,1

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia, 2012.

Como se pode observar, o abandono dos alunos do Ensino Médio vem diminuindo a cada ano, no entanto, a taxa de reprovação tem aumentado, revelando que o que vem sendo conquistado por um lado é perdido por outro.

Ao analisar os dados do atendimento no Ensino Médio nas escolas baianas em comparação com o contexto mais amplo, podemos observar que, em 2015, as porcentagens de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio estavam abaixo da média nacional (58,5%).

Essa foi a realidade da maioria dos outros estados nordestinos, ficando a Bahia (47,4%) apenas em posição melhor do que os estados de Alagoas (37,7%), Piauí (43,3%) e Sergipe (42,7%), esses são dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2017.

Além dos dados indicados acima, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2017), há que se destacar que

o Ensino Médio vem sendo considerado a etapa mais desafiadora da Educação Básica brasileira. Desinteressante para os jovens, não oferece caminhos que promovam o diálogo entre os conteúdos curriculares e o mundo fora da escola. Como resultado, os indicadores de atendimento e fluxo patinam há vários anos. Hoje, 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos não estão matriculados no Ensino Médio. (BRASIL, 2017, p.30)

Aliado a isso, nas escolas, segundo a SEC/BA (2015) verifica-se a existência de diferentes grupos culturais, a heterogeneidade no interior dos diversos grupos e as diferentes bases da constituição intelectual dos estudantes.

Pensar no estudante baiano do Ensino Médio é pensar na diversidade sociocultural e econômica que caracteriza o estado da Bahia. Nesse sentido, os dados do Observatório do PNE (2015) têm revelado que, a Bahia tem uma grande presença de estudantes pretos (83,6%) e pardos (82,7%), e ainda segundo a SEC/BA, dentre os baianos esses estudantes são os que apresentam os piores resultados, demandando políticas efetivas para a superação das desigualdades de origem social e racial.

Para evidenciar a diversidade e a heterogeneidade dos estudantes, a SEC/BA (2015) traz alguns aspectos importantes que foram coletados dos questionários do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe), referentes aos estudantes das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio em 2013, onde os alunos declaram sua raça/cor de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2: Raça/cor

Raça/cor	1ª série em %	2ª série em %
Amarelo (a)	6,1	5,9
Branco (a)	15,3	14,6
Indígena (a)	5,6	4,3
Pardo (a)	47,9	50,5
Preto (a)	21,8	21,8
Nulas	1,0	0,8
Branças	2,3	2,1

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador conforme dados da SEC/BA (2015)

Quanto ao sexo, os dados de acordo a SEC/BA (2015) revelam o predomínio de estudantes do sexo feminino com um percentual de 58,2% contra 41,8% de estudantes do sexo masculino, na 1ª série, e de 59,4% de estudantes do sexo feminino e 38,2% do sexo masculino na 2ª série.

Deve-se considerar que o percurso escolar regular nessa etapa de conclusão da Educação Básica conta com muitas variáveis relacionadas às transformações sociais vivenciadas atualmente.

A SEC/BA ainda afirma que diferentemente das gerações anteriores, a sociedade em seu conjunto convive, hoje, com informações de toda ordem e com práticas sociais e valores heterogêneos, o que modifica as expectativas dos discentes em relação às escolas.

Com relação a essa constatação de acordo com a SEC/BA (2015) quando se refere aos alunos do Ensino Médio baiano que estudam em escolas públicas da rede estadual, os dados revelam que ainda existe um grande contingente desses estudantes que não tem acesso a internet em suas residências (45,1% na 1ª série, e 44,4% na 2ª série).

Esse dado demonstra que ainda há muito por fazer no que se refere a políticas educacionais que favoreçam a inclusão digital dos estudantes, condição importante para sua inserção no mundo contemporâneo marcado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação.

Segundo a SEC/BA (2015) as condições e possibilidades que se configuram viáveis para o aluno baiano, suas expectativas em relação ao futuro e como eles veem a comunidade em que vivem resultam de um processo de identificação que se dá de muitas maneiras.

As informações divulgadas pelos meios de comunicação, a experiência das desigualdades sociais, a imagem que os estudantes têm do estado e do país em que vivem são fundamentais no processo de formação e suas identidades e para a construção de suas expectativas com relação à formação que estão vivenciando.

Nesse sentido, os dados do Sabe/Avalie Ensino Médio (2013), apresentados pela SEC/BA (2015) são significativos quanto às experiências desses estudantes com relação à escola e, mais especificamente, sobre o que gostariam de fazer ao concluir o Ensino Médio, demonstrando que a grande maioria, 52% entre os que estão na 1ª série, e 56,4% entre os que estão na 2ª série, tem interesse em continuar os estudos na Educação Superior, seja em instituições públicas ou privadas.

Quanto aos projetos futuros de realização pessoal e profissional, os estudantes compõem um dos segmentos mais frágeis na disputa que o mundo do trabalho estabelece, pois, para muitos desses estudantes, sua dedicação aos estudos acaba se transformando em uma atividade secundária, substituída, muitas vezes, por trabalho autônomo de baixa remuneração, sem carteira de trabalho assinada.

Dados do Sabe/Avalie Ensino Médio (2013), em relação ao percentual de estudantes que trabalham ao mesmo tempo em que realizam seus estudos, revela que apenas 30,2% dos estudantes que estão cursando a 1ª série e 26,8% do que estão cursando a 2ª série nunca trabalharam e não estão procurando trabalho.

Ficando evidente que a maioria (65,4% dos que estão cursando a 1ª série e 69,3% do que estão cursando a 2ª série) estava trabalhando no momento da coleta dos dados, ou estava procurando trabalho.

As perspectivas e possibilidades de um futuro profissional para esses estudantes implicam a necessidade de produzir novos direcionamentos para o Ensino Médio, sendo esse um dos eixos importantes na concepção global dessa etapa de ensino.

Diante disso nota-se a importância da implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, instituído pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008; pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 e resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.

Além do exposto, vale destacar que o universo sociocultural do estudante baiano se configura de acordo com a SEC/BA como um processo em constante transformação de referências tradicionais, como a família, grupos e ambientes sociais.

A diversidade religiosa na Bahia é um bom exemplo de como os valores culturais, no contexto global das várias comunidades que integram o estado, mostram-se diversificados e múltiplos, apesar de conservarem marcas históricas e culturais próprias.

Os saberes constituídos das diversas religiosidades somadas às crenças populares formam um conjunto bastante plural e importante para o fortalecimento da identidade dos estudantes.

Em relação à diversidade de gênero e de sexualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que se deve promover a

valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. (BRASIL, 2012, p.7)

Além disso, um amplo conjunto de legislações e programas governamentais busca garantir o respeito à orientação sexual dos (as) estudantes, dentre os quais destacam-se:

I – A lei nº 12.361, de 17 de novembro de 2011, que aprova o Plano Estadual de Juventude e estabelece orientações para políticas públicas desenvolvidas pelo Estado voltadas aos jovens com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. O Plano em referência, em sua Seção V, art. 17, trata da diretriz específica de jovem LGBT, visando garantir o respeito às diferentes formas de orientação sexual e o seu direito de livre expressão.

II – A Resolução CEE, nº 120, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a inclusão do nome social dos (as) estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia.

III – O Programa Brasil sem Homofobia, de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, tem como um dos seus princípios fundamentais a “reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda sociedade brasileira”. (BRASIL, 2014, p.12)

A diversidade de gênero e de sexualidade é segundo a SEC/BA (2015) uma questão relevante para os e alunos que vivenciam o resultado de fortes mudanças nos comportamentos, valores, crenças e atitudes frente à sexualidade.

As programações dos meios de comunicação como as novelas e programas de auditório para jovens, além das redes sociais da internet, dão visibilidade às formas alternativas de se viver a sexualidade e contribuem para propagar uma multiplicidade de expressões e procedimentos relacionados à experiência sexual, que são determinantes de comportamentos bastante diferentes daqueles já assimilados e tradicionalmente aceitos como padrão pela sociedade.

A SEC/BA (2015) diz que as convenções sociais, adotadas por cada comunidade de indivíduos, compreendem fundamentos, normas e sistemas relacionados à convivência, às emoções e aos parâmetros definidos pela maneira como as pessoas são vistas umas pelas outras e com os quais elas se identificam.

Assim, ao falar em educação e diversidade sexual no ambiente escolar fica evidente que se deve levar em consideração que a interação social também perpassa por questões relacionadas à diversidade das representações sociais do masculino e feminino, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, entre outros representantes das diversas expressões assumidas pela sexualidade humana.

Uma educação que contemple aspectos tão diversos pressupõe de acordo a SEC/BA formas de atuação também diversos, abertas ao diálogo e à participação efetiva da comunidade.

Essa perspectiva determina diretrizes básicas, como incluir nas matrizes curriculares a relevância da participação das diferentes culturas e etnias na formação do povo e da cultura brasileira, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 26.

Por essa razão, a oferta do Ensino Médio para povos indígenas, do campo e quilombolas tem como princípios norteadores a sociodiversidade e a interculturalidade, a fim de assegurar que aspectos particulares da vivência cotidiana, das crenças, das línguas maternas e do sentido de territorialidade sejam considerados no momento em que são determinadas as formas de ensino e aprendizagem.

As escolas indígenas, em particular, precisam ser estruturadas a partir das especificidades dos diferentes povos, com ensino bilíngue e/ou multilíngues e seguem regulamentos jurídicos específicos, conforme orienta o Parecer CNE/CEB nº 14 de 14 de setembro de 1999.

Em um estado como a Bahia, em que a população negra representa um percentual de 17,1%, segundo o IBGE (2010), a SEC/BA (2015) defende que a identidade negra deve estar na base do princípio formativo.

Dessa maneira se faz necessário que a educação no âmbito baiano contemple a temática da história da Bahia como tema destacado do componente

curricular de História e como tema transversal em todos os outros componentes curriculares das três séries do Ensino Médio.

Assim, a cultura afro-brasileira, bem como a cultura dos povos indígenas, garantida pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, torne-se mais significativa para os estudantes, possibilitando reconhecê-los como integrantes de uma cultura pluriétnica.

## **CONCLUSÃO**

Mediante o cenário baiano, que apresenta aspectos bastante diversificados nos âmbitos econômicos, socioculturais, ambientais e geográficos, A SEC/BA afirma a necessidade da inserção de políticas educacionais que contemplem a diversidade cultural oriunda das afrodescendentes, que compõem, em sua maioria, a população do estado da Bahia.

Nesse sentido, fica viável e necessário implantar ações estruturais que incluam práticas interdisciplinares que potencializem cotidianamente as práticas pedagógicas.

O que foi citado aqui são pressupostos que a SEC/BA (2015) afirma ser de extrema importância para que uma educação de qualidade que é direito de todos seja garantida. E o professor tem um papel fundamental na implementação dessas ações para uma educação de qualidade nas escolas, e essa função do professor merece destaque e que o mesmo deve ser reconhecido e valorizado.

Valorizar e capacitar continuamente o professor, em especial o que atua no Ensino Médio, bem como investir em melhorias físicas nas instituições de ensino, é determinante para uma evolução e conseqüente melhoria nos níveis de educação (ensino e aprendizagem) dos jovens que frequentam a escola pública.

É preciso reconhecer que o momento da educação é importante, e a mobilização dos setores públicos e dos agentes educativos sociais favorecem o surgimento de possibilidades para a realização de um trabalho de alinhamento de esforços para melhorar a educação na Bahia e no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

BAHIA. Secretaria da Educação. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio**. Salvador, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2016 Notas Estatísticas**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação (2014-2024)**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes ensino médio. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/ensino-medio/>.

PNE. Observatório do. **Metas do PNE**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Ed. Moderna, 2017.